

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.100 - RS (2019/0197596-1)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : IRTON ERNANI DE WALLE - MICROEMPRESA**  
**ADVOGADO : IVANIR URBANO BORN - RS071652**  
**RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Irton Ernani de Walle – Microempresa, com amparo nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 278):

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CRÉDITO TRIBUTÁRIO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. CONSTITUIÇÃO POR DECLARAÇÃO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.

1. O art. 174, parágrafo único, I a IV, do CTN, elenca as causas que interrompem a prescrição, e deve ser interpretado em conjunto com o art. 240, *caput* e § 1º, do CPC vigente (equivalente ao art. 219, § 12, do CPC/73). [...] o marco interruptivo atinente à prolação do despacho que ordena a citação do executado retroage à data do ajuizamento do feito executivo, a qual deve ser empreendida no prazo prescricional. (REsp 1120295/SP, art. 543-C do CPC/73).
2. Tratando-se de débitos originados por declarações prestadas pelo próprio executado ao Fisco, a constituição do crédito tributário se dá nos termos da Súmula nº 436 do STJ. Assim, a partir da data da entrega, ou do vencimento da obrigação, o que for posterior, tem início o prazo prescricional de 5 anos.
3. Hipótese em que não resta caracterizada a prescrição dos créditos tributários executados.

Os embargos de declaração opostos contra a aludida decisão não foram providos.

A recorrente alega a existência de contrariedade ao art. 1.022, I, do CPC/2015, ao argumento de que o acórdão é contraditório, pois "[a] argumentação exarada na decisão ora recorrida está CONTRADITÓRIA na medida em que refere que '[a] constituição definitiva dos créditos se deu por meio da entrega das Declarações Anuais do Simples Nacional - DASN n. 000049640192007002, 000049640192008002, 000049640192009001 e 000049640192010001, em 21/11/2009 e 23/03/2010 (evento 1 - DECL 12-14)' e que '[a] execução fiscal foi ajuizada em 30/10/2014, com determinação da citação em 07/11/2014 (evento 1 -MANDADOESP4), ou seja, dentro do prazo de cinco anos, não havendo falar em prescrição'" (e-STJ, fl. 318).

Sustenta, ainda, que os arts. 150 e 174 do CTN foram ofendidos, pois a declaração do contribuinte, nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, constitui o crédito tributário.

Por fim, suscita haver divergência jurisprudencial em torno do tema.

Foram apresentadas contrarrazões.

Admitido o recurso especial na origem, os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

Registro, desde logo, que não merece prosperar a tese de violação do art. 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão impugnado fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

Sendo assim, não há que se falar em omissão, obscuridade ou contradição do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão nem outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. ART. 48, "CAPUT", E § 3º DA LEI 8.213/91. ATIVIDADE RURAL E URBANA COMPROVADAS. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. CONCOMITANTE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE URBANA OU RURAL COM O IMPLEMENTO DO REQUISITO ETÁRIO. INEXIGIBILIDADE. REQUISITOS PREENCHIDOS. BENEFÍCIO DEVIDO.

1. Não se configura a ofensa ao art. 1022 do atual Código de Processo Civil, haja vista que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado. Com efeito, o acórdão recorrido foi claro ao decidir que é factível a aposentadoria por idade híbrida, possibilitando a contagem cumulativa do tempo de labor urbano e rural, para fins de aposentadoria por idade.

2. Extrai-se do acórdão vergastado que o entendimento do Tribunal de origem está em consonância com a orientação do STJ de que o tempo de serviço rural anterior ao advento da Lei 8.213/91 pode ser computado para fins da carência necessária à obtenção da aposentadoria híbrida por idade, ainda que não tenha sido efetivado o recolhimento das contribuições.

3. Outrossim, depreende-se do acórdão vergastado e das razões de Recurso Especial que o acolhimento da pretensão recursal demanda reexame do contexto fático-probatório, mormente para avaliar se foram preenchidos os requisitos para a concessão da aposentadoria por idade híbrida, o que não se admite ante o óbice da Súmula 7/STJ.

4. Recurso Especial parcialmente conhecido, com relação à preliminar de violação do art. 1.022 do CPC/2015, e, nessa parte, não provido.

(REsp 1.789.828/MS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA

TURMA, DJe 23/4/2019)

Quanto ao mais, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que, "[...] em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, o termo inicial da prescrição ocorre no dia seguinte ao vencimento da obrigação tributária ou no dia posterior à data em que declarado e não pago o tributo, o que for posterior" (AgInt no REsp 1.597.015/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 17/2/2020, DJe 3/3/2020).

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. VENCIMENTO OCORRIDO ANTERIORMENTE À ENTREGA DA DECLARAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não há ofensa ao art. 535 do CPC/1973 quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, tendo o decisum revelado-se devidamente fundamentado.
2. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, o termo a quo do prazo prescricional para o ajuizamento da ação executiva tem início com a constituição definitiva do crédito tributário, que ocorre com a entrega da respectiva declaração pelo contribuinte, declarando o valor a ser recolhido, ou do vencimento do tributo, o que for posterior.
3. Agravo interno a que se nega provimento.  
(AgInt no REsp 1.596.436/PE, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 9/4/2019, DJe 15/4/2019)

No presente caso, o Tribunal de origem afirmou que o crédito tributário não se encontra prescrito. Verifica-se (e-STJ, fl. 276):

No caso, os débitos constantes das CDAs em execução referem-se ao SIMPLES Nacional, com geradores ocorridos nos anos-calendários 2007, 2008 e 2009.

A constituição definitiva dos créditos se deu por meio da entrega das Declarações Anuais do Simples Nacional - DASN nºs 000049640192007002, 000049640192008002, 000049640192009001 e 000049640192010001, em 21/11/2009 e 23/03/2010 (evento 1 - DECL 12-14).

A execução fiscal foi ajuizada em 30/10/2014, com determinação da citação em 07/11/2014 (evento 1 - MANDADOESP4), ou seja, dentro do prazo de cinco anos, não havendo falar em prescrição.

Portanto, a decisão recorrida está em consonância com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, atraindo, à espécie, o enunciado da Súmula

# *Superior Tribunal de Justiça*

568/STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema."

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, assim como na Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes  
Relator